

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7733 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

POR ONDE CAMINHAM OS ESTUDOS SOBRE ANÁLISES DE POLÍTICAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Milca Maiara Mendes dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Elizeu Clementino de Souza - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

POR ONDE CAMINHAM OS ESTUDOS SOBRE ANÁLISES DE POLÍTICAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Milca Maiara Mendes dos Santos^[1]

Elizeu Clementino de Souza^[2]

RESUMO: O trabalho analisa o mapeamento de artigos produzidos, recentemente, referente à análises de políticas, auxiliando num olhar mais atento para a discussão da temática na contemporaneidade. Levou-se em consideração o levantamento no Portal de Periódicos da CAPES, nos últimos dois anos (2018-2019), com base nos descritores: análise de política, política de formação e política educacional. Os artigos encontrados foram lidos e analisados a partir dos resumos, suas informações e aspectos conceituais sobre análises de políticas foram sistematizadas como estado da arte. Concluiu-se, dentre outros aspectos, o crescente interesse pela temática de avaliação e monitoramento de políticas educacionais. Por outro lado, certa necessidade de aprimoramento e vigilância epistemológica, dado o caráter demasiado descritivo nas abordagens dos artigos produzidos recentemente.

PALAVRAS-CHAVES: Estado da arte, análise, política, educacional.

CONTEXTUALIZANDO

O artigo apresenta o estado da arte feito como aprofundamento e aproximação teórica da pesquisa de mestrado “Bastidores da Política de Formação de Salvador-Ba: Lampejos de experiência e narrativas docentes”, realizada no âmbito Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, com vinculação ao projeto “*As políticas de educação e a reestruturação da profissão docente confrontadas aos*

desafios da globalização”, coordenado pelo Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFHO/UNEB) e financiado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

O objetivo principal da pesquisa é analisar como os professores da rede municipal de Salvador - BA vivenciam a política de formação na sua prática pedagógica, conjecturando as implicações das narrativas docentes com a política de formação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Caracteriza-se com uma análise de política, utiliza como corrente epistemológica a Sociologia das Políticas Educacionais baseada em Bowe, Ball e Gold (1992), Ball (1998, 2001), Ball e Mainardes (2011), Mainardes (2006, 2018), ancorando-se nos princípios e dispositivos inerentes à pesquisa narrativa.

Para Ferreira (2002), o estado da arte configura-se como uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

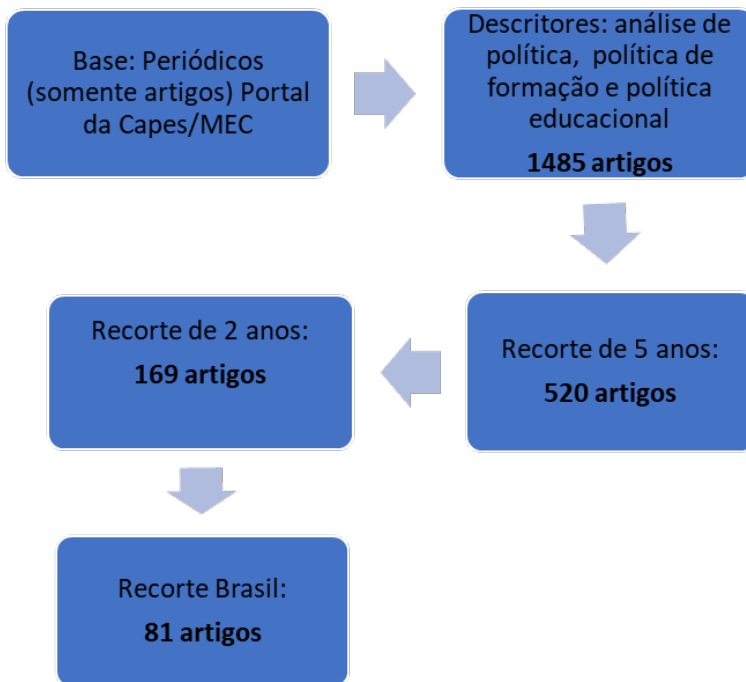
O mapeamento apresenta, como tantos outros, suas limitações que vão desde abrangência dos seus descritores, seus agrupamentos e enquadramentos, até às formas de organização dos catálogos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC). Portanto, estabelece um primeiro contato, recuperando alguns trabalhos relevantes e possibilitando a circulação e intercâmbio entre o que já foi construído e o que se pretende construir.

Numa primeira busca, considerando apenas artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 1485 artigos. Realizado o recorte de produções dos últimos 5 anos, encontrou-se 520 trabalhos. Em seguida, o recorte de produções publicados nos últimos 2 anos, 169 artigos foram encontrados. Por último, o recorte de publicações a partir de produções em âmbito nacional (Brasil) apenas, no campo de pesquisa avançada da CAPES, foram identificados 81 artigos, o que atesta, de certa forma, a abrangência e quantidade de artigos encontrados, bem como a expansão de interesse sobre a análise de políticas no nosso país.

O crescente interesse pelas análises das políticas públicas se deve à muitas questões que vão desde a intenção de refletir sobre as regras gerais do funcionamento e da ação pública, aos processos de continuidade, desgaste, quebra e os modos como essas políticas de desencadeiam e atingem os sujeitos sociais, interesse primeiro das ciências políticas, com progressivo avanço das ciências humanas.

As produções encontradas nas pesquisas foram catalogadas [\[3\]](#), considerando apenas os dois últimos (2018 e 2019). Os artigos foram analisados a partir da leitura dos seus resumos, considerando a grande quantidade de artigos encontrados.

Figura 1: Resultados do mapeamento



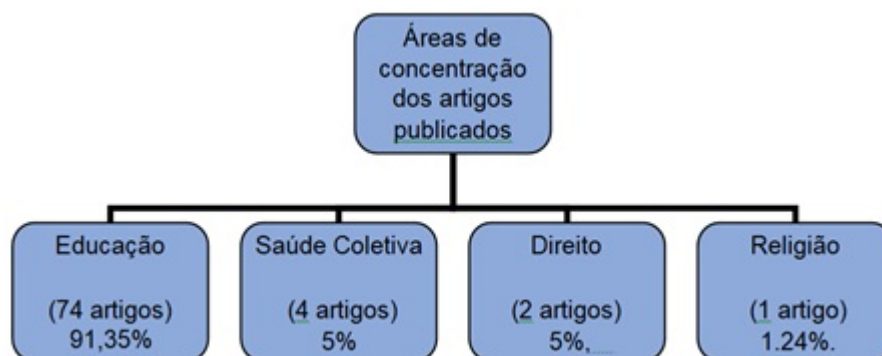
Fonte: Elaboração dos autores (2020)

QUAIS CAMINHOS FORAM ENCONTRADOS?

O primeiro ponto passível de análise no mapeamento se refere às áreas em que os trabalhos de produção acadêmica se concentram, quais sejam: Educação (74 artigos) representando 91,35% dos trabalhos; saúde coletiva (4 artigos), 5%, direito (2 artigos), 2,5% e religião (1 artigo), 1,24%. A clara concentração dos trabalhos na área educacional já nos mostra a preocupação com as políticas de formação e suas respectivas análises.

Os artigos discutem desde as demandas da educação infantil ao ensino superior, questões de acesso ao transporte escolar. Analisam também relações entre tecnologia e educação, programas educacionais instituídos em âmbitos municipais, estaduais e federal, com ênfase nas políticas de currículo, processos de avaliação e gestão escolar, formas de implementação, verticalização de políticas, políticas de formação, ação do estado sobre a educação e sobre os professores.

Figura 2: Áreas de concentração dos artigos



Fonte: produção dos autores (2020)

Importante ressaltar o crescimento dos estudos e análises no campo das

políticas educacionais, pois essas pesquisas se configuram como um campo distinto de investigação em progressiva e permanente consolidação. Ball e Mainardes (2011) apontam que nos últimos anos pode-se observar um aumento significativo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e eventos específicos sobre políticas sociais e educacionais.

O desenvolvimento de pesquisas em educação que refletem e analisam as políticas educacionais apresentam preocupações políticas e sociais, críticas que, de alguma forma, estão conectadas com contextos políticos e/ou avaliações de programas e processos sociais de forma mais ampla, o que denota um caráter humano e um olhar mais atencioso aos sujeitos envolvidos e atendidos por essas políticas.

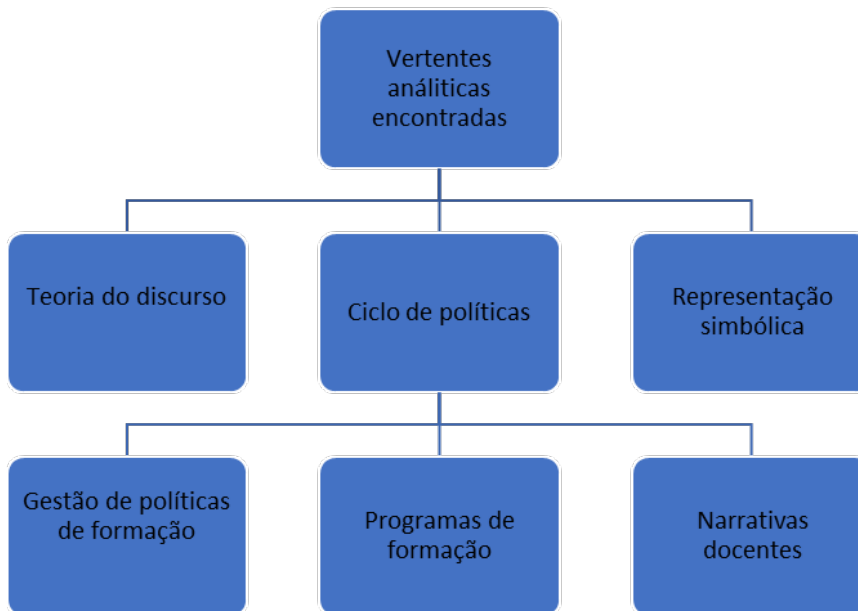
[...] o desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e é intimamente imbricado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de suas atividades, mas, simultaneamente, também constrói um olhar fíco que torna a “paisagem dos social” sempre mais visível. A ideia é que as ciências humanas, como os estudos educacionais, permaneçam fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população, ou de algum modo, tenha *status* neutro incorporado a um racionalismo progressivo flutuante é um pensamento débil e perigoso. (BALL e MAINARDES, 2011, p. 33 e 34 – grifos dos autores)

Assim, o campo da pesquisa em análises de políticas educacionais está bem delimitado, não é neutro, não é passivo, tão pouco apolítico. Compõe-se de vários estilos, preocupações e posições, quase sempre voltados para a garantia dos direitos sociais que devem emanar das políticas, apresentando diversas contribuições acerca das implementações, execuções e efetividade dessas políticas.

No entanto, Ball e Mainardes (2011) alertam para o caráter de produção dessas pesquisas, prevendo a continuidade do seu perfil crítico. Segundo os autores, ainda são encontrados trabalhos e estudos que se preocupam muito mais com a descrição de políticas como base de apresentação e estudo do que com seus efeitos, versões, forças, suas interações com os sujeitos, suas representações e linguagens.

Outro fator importante e interessante diz respeito às características epistemológicas ou das bases de análise dos trabalhos levantados, a natureza e o rigor científico dos artigos analisados, na sua maioria, conseguem traduzir uma compreensão e interpretação densas do que se propõem apresentar, dando sentido ao tema abordado. Como se trata de um número denso de artigos analisados (81), delimitamos no quadro abaixo as três principais bases de análises encontradas.

Figura 3: Vertentes analíticas encontradas



Fonte: produção dos Autores (2020)

Em suma, os trabalhos mapeados que tratam como base analítica a *teoria do discurso*, utilizam discussões construídas por Lascau[4] que se baseia no conceito sobre o social como uma lógica do discurso.

Na teoria do discurso a categoria analítica pertinente é o próprio discurso, por ele, Laclau constrói o conceito de prática discursiva e suas nuances que vão desse a hegemonia até o alcance de verdades variadas. Fora do discurso, há existência, porém não existe significação (OLIVEIRA, 2009). O discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui. Toma como pressuposto a ideia de que a linguagem é constituidora da realidade e, portanto, só existe num discurso próprio que a torna possível.

Nos trabalhos mapeados, os(as) autores(as) utilizam dessa vertente analítica para interpretar discursos contidos nas políticas, os direitos que estão intrínsecos, as garantias nas formas das leis e os discursos dos programas e projetos de formação.

A outra vertente que merece destaque nos trabalhos encontrados para analisar políticas é a *representação simbólica* como perspectiva de entendimento das experiências sociais. Tendo seu surgimento na sociologia, a representação simbólica diz sobre os símbolos produzidos como mais complexo do que concreto, pois para que algo tenha simbolismo deve-se possuir um nível de abstração que nos permita entender que isso substitui a ideia e não é a ideia em si. As representações simbólicas fazem parte da evolução e da vida humana, o simbólico configura, assim, a camada suprassensível carregada de subjetividade.

Os artigos encontrados que utilizam essa vertente, analisam os conceitos de símbolo, imagem e ideia, a partir das políticas que compõem o todo representacional do sujeito perante a essas políticas. Ideias que num determinado contexto possuem ou extraem um significado simbólico específico pela ótica do interpretante. Os autores utilizam muito das ideias e postulados de Jung (1969), Sartre (2009), Laplantine e Trindade (2000), Santaella (2003), dentre outros, para fundamentar suas análises e estudos.

A última vertente encontrada para análises de políticas foi o *ciclo de políticas*[5], fundamentado, especialmente, nos pensamentos Ball, Bowe e Gold (1992), Ball

(1998), Mainardes e Ball (2011), Mainardes (2018), Lopes & Macedo (2011). O uso da abordagem do ciclo de políticas em pesquisas brasileiras data do início dos anos 2000, quando começou a ser utilizada por pesquisadores e pós-graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialmente por Macedo e Lopes (2006) e por Lopes (2001).

A abordagem do ciclo de políticas (policy cycle approach), desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen J. Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992), foi formulada inicialmente no final da década de 1980 e início da década de 1990, no contexto de uma pesquisa sobre a “implementação” do currículo nacional inglês, a partir de 1988. (MAINARDES, 2006, p. 29)

A abordagem do Ciclo de Políticas oferece instrumentos para a análise da trajetória de políticas (formulação, produção de textos, contextos da prática, resultados). Através dela, pode-se compreender melhor as políticas, especialmente as políticas de currículo ou educacionais, a partir dos contextos propostos por essa teoria: contexto da influência, da produção de texto e da prática.

Alguns elementos interessantes aparecem nos trabalhos: processo das políticas, disputa pelo poder entre organizações; contexto social, econômico e tecnológico das políticas; recursos políticos e econômicos; treinamento do setor administrativo responsável pela execução e o apoio político à disposição, falhas nos programas governamentais deficiência na gestão de projetos.

A partir dessa vertente analítica, alguns artigos a utilizam como ótica de avaliação perfazendo com coleta de dados, a análise do programa ou política estudada, o que permite refletir os impactos, a eficiência, eficácia e sustentabilidade das ações desenvolvidas, além de fomentar a comunicação e a cooperação entre os diversos atores.

Por meio do Ciclo de Políticas, os artigos apontam três principais focos, a saber: Gestão de políticas de formação; programas de formação e narrativas docentes. Os trabalhos que se concentram nesses eixos apresentam reflexões sobre a formação de professores da educação básica, da educação infantil e de professores alfabetizadores, formação no ensino médio e superior, gerencialismo das políticas de formação, formação de professores de áreas específicas: matemática, geografia e educação física, formação para a diversidade e questões sobre internacionalização da educação.

Essas três vertentes de análises encontradas concentram um olhar muito cuidadoso por parte dos autores na busca por uma acurada epistemologia dos seus trabalhos, profundidade reflexiva e aprofundamento teórico. Destaca-se esse esforço e o alinhamento assertivo dos trabalhos em relação às formas e escolhas das vertentes para as análises.

Os impactos dos programas curriculares na educação no Brasil é outro ponto que merece ênfase a partir das leituras dos resumos dos artigos. As produções apontam para essas reflexões, concentrando-se em análises de sistemas, políticas e programas educacionais como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a mais recente Base Nacional Curricular Comum (BNCC)[6].

Concluindo, pode-se dizer que os trabalhos encontrados no mapeamento abordam muitas reflexões para o campo da educação, sobre as políticas públicas e

sobre políticas de educação. Alguns denunciam alguns programas e projetos que revelam um tipo de interesse a ser defendido, indagando projetos educacionais que trazem em seu bojo a defesa de uma concepção de sujeito e, portanto, de construção de sociedade. Quando qualquer projeto social ou educativo referencia a lógica neoliberal, o que está por traz, nos bastidores, é uma concepção de educação e sociedade baseada na competição, no utilitarismo e na exclusão social e de classe.

É urgente que os projetos e as políticas de formação brasileiras primem por igualdade de oportunidades, participação e autonomia. A educação não pode ser uma ferramenta de cumprimento de objetivos que condicionam ao imperativo econômico. Ela é, sim, valorosa para formação cultural de pessoas singulares, capazes de sentir, pensar, fazer e lutar por um mundo mais justo socialmente.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis -RJ: Vozes, 1998. p. 121-137.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**. Pelotas, v.1, n. 2, 2001. p. 99-116. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acessado em julho de 2019.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CALVOSO, Genilda Garcia e GONZALES, Carlos Batista Lopes. Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade. **Revista Psicologia Reflexiva Crítica**. São Paulo, v.15, n. 2., p. 243-250, 2002.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. 6ªed. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969.

LAPLANTINE, F & TRINDADE, L. **O que é Imaginário?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 198-2001.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas. **Cadernos do Cedes**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 16, p. 1- 19 Agosto, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Daniel Freire da Costa. **Políticas públicas de promoção ao acesso à justiça: uma avaliação do programa Justiça na Praça em Natal/RN (2018-2019)**. 2019. 150f. (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

[1] Mestranda em Educação e contemporaneidade pelo Estado da Bahia – UNEB

[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

[3] Os 81 artigos encontram-se catalogados por ano e à disposição para anexo.

[4] A teoria do discurso tem origem na obra Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics, publicada em 1985.

[5] Essa corrente teórica é a vertente escolhida na pesquisa de mestrado para análise da política de formação de Salvador- Bahia.

[6] A BNCC é um documento que define os conteúdos mínimos a serem trabalhados na formação básica dos alunos. A homologação das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental ocorreu em 2017 ainda no Governo Temer, e já em 2018 a BNCC do Ensino Médio foi homologada pelo então Ministro da Educação, Rossieli Soares.